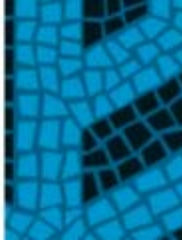


XIII Congresso dos ROC

12 de setembro de 2019



DISCURSO | *José Rodrigues de Jesus. Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.*



A Ordem realiza pelo menos trienalmente o seu Congresso ordinário. Em vez da ocupação habitual de dois dias, neste ano temos apenas este, dando, assim, a oportunidade de passarmos a encontrarmo-nos mais amiudadamente.

Ao benefício dos revisores oficiais de contas – mitigação da falta da assembleia geral, possibilidade de nos acompanharmos mais assiduamente, maior proximidade da evolução da sociedade – fica associado o incómodo que causamos aos nossos convidados: salvo se estes, o que espero, tenham tanto gosto em estar connosco como nós com tão gratificantes presenças.

Na pessoa de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais agradeço o favor de estarem connosco tantos e tão insignes convidados e nos Colegas Hernâni Carqueja e Ricardo Pinho, respetivamente primeiro e último inscritos na Ordem, a felicidade de reunirmos aqui muitas centenas de revisores oficiais de contas.

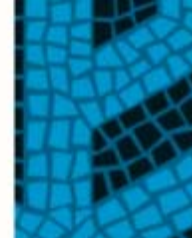
Procurando cingir-me a ouvir e aprender, deixo duas palavras sobre temas que me preocupam.

Este congresso, relativamente ao costume, tem alguma característica de pós-modernidade. É isso o que queremos.

Perpassam hoje por esta sala matérias que mexem com os instrumentos, os modelos, as condições em geral do nosso trabalho. É decisivo estar abertos à pluralidade das ferramentas e dos conceitos sofisticados e do modo como a economia e a sociedade estão a evoluir de modo exponencial.

Deve assinalar-se que alguma coisa está a nosso favor no aproveitamento dessa evolução: a possibilidade de progredirmos por saltos geométricos, trepando alguns degraus de uma vez só, libertos de um percurso incremental. Este aspeto, aliás, tem sido enaltecido nos variados trabalhos atinentes à era digital.

Não podemos, talvez, fazer esse percurso atómicamente, tanto na prossecução da qualidade, como no uso de instrumentos de trabalho. Os instrumentos logísticos ao dispor não são – ou ainda não são, pelo menos em geral – suficientemente económicos em ambientes de escassa utilização, mas somos capazes de encontrar formas de cooperação que nos permitam o uso partilhado de plataformas adequadas. Temos de estar despertos para isso, devendo aqui pedir o apoio dos nossos Sub 15, admitindo que tenham de alargar a capacidade produtiva. (Os Sub 15 são os Colegas inscritos nos últimos quinze anos, sendo todos os outros Sub 15



Honorários.) Todos temos de estar empenhados, aperfeiçoando esse espírito de fazer, fazer mesmo.

Refiro-me, certamente e antes de mais, aos revisores que atuam em escala reduzida, designadamente em prática individual ou em pequenas sociedades, modelo que eventualmente se coaduna com a textura da maioria das nossas empresas e entidades do setor público, que têm, também, dimensões limitadas, mas considerando igualmente imprescindível a colaboração das e nas firmas de maior porte.

Desejamos estar à frente no quadro em que temos de brilhar positivamente: o da governação das entidades públicas e privadas. A auditoria, com a autonomia e independência a que tem de legitimamente arrogar-se, há de ser um elemento importante da governação e, o que é fundamental, de ser vista como tal.

De facto, os revisores estão no ponto terminal da credibilidade da informação financeira, ela mesma condicionada pelo comportamento da gestão e do interesse manifestado pelos diversos intervenientes no processo das respetivas entidades.

Não estão esquecidos os temas que nos afligem quanto às necessidades da nossa afirmação. Deve referir-se que nada ajuda a melhorar a nossa condição penitenciarmo-nos continuamente, quando sabemos que a evolução é muito contínua e positiva, tanto em termos de qualidade do trabalho final como da nossa habilitação profissional nos domínios da formação e da idoneidade e, bem assim, das práticas técnicas e comportamentais, tendo de sublinhar-se a permanente contribuição da Ordem, dos supervisores e da sociedade em geral.

Termino citando o número 80 do Anexo 2 do Suplemento ao Manual das Normas de Auditoria e outras: em ambientes em que a profissão de auditoria não é bem respeitada nem lhe é dada autoridade apropriada, os auditores estarão numa posição mais fraca relativamente aos órgãos de gestão; em ambientes onde a profissão é muito respeitada ou em que lhe é conferida autoridade apropriada através dos mecanismos relevantes, será mais fácil aos auditores demonstrarem ceticismo profissional e fazerem auditorias robustas.

Disse.

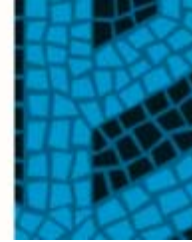


XIII
CONGRESSO
DOS
ROC



**AUDITORIA
NOVOS
CAMINHOS**

12 setembro 2019 | Fórum Lisboa



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.